



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA-CCSST
CAMPUS IMPERATRIZ
CURSO DE PEDAGOGIA**

LOIS GABRIELE RODRIGUES DE SOUZA

**O INTÉRPRETE DE LIBRAS E O PROFESSOR DE SALA DE AULA COMUM:
ANÁLISE DE SUAS ATUAÇÕES NO CONTEXTO DA INCLUSÃO ESCOLAR NA
CIDADE DE IMPERATRIZ-MA**

**Imperatriz-MA
2022**

LOIS GABRIELE RODRIGUES DE SOUZA

**O INTÉRPRETE DE LIBRAS E O PROFESSOR DE SALA DE AULA COMUM:
ANÁLISE DE SUAS FUNÇÕES E ATUAÇÕES NO CONTEXTO DA INCLUSÃO
ESCOLAR NA CIDADE DE IMPERATRIZ-MA**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA/CCSST, como requisição parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Francisca Melo Agapito

Imperatriz-MA
2022

LOIS GABRIELE RODRIGUES DE SOUZA

**O INTÉRPRETE DE LIBRAS E O PROFESSOR DE SALA DE AULA COMUM:
ANÁLISE DE SUAS FUNÇÕES E ATUAÇÕES NO CONTEXTO DA INCLUSÃO
ESCOLAR NA CIDADE DE IMPERATRIZ-MA**

Aprovada em: 29 / 07 / 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Dr.ª Francisca Melo Agapito (Orientadora)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO-UFMA

Prof.ª Dr.ª Herli de Sousa Carvalho (1º Examinador)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO-UFMA

Prof. Me. Vicente Marques de Castro Neto (2º Examinador)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO-UFMA

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Rodrigues de Souza, Lois Gabriele.
O INTÉRPRETE DE LIBRAS E O PROFESSOR DE SALA DE AULA
COMUM: ANÁLISE DE SUAS FUNÇÕES E ATUAÇÕES NO CONTEXTO DA
INCLUSÃO ESCOLAR NA CIDADE DE IMPERATRIZ-MA / Lois
Gabriele Rodrigues de Souza. - 2022.
45 f.

Orientador(a): Francisca Melo Agapito.
Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia,
Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz - MA, 2022.

1. Atuação profissional. 2. Educação inclusiva. 3.
Funções distintas. I. Melo Agapito, Francisca. II.
Título.

***Ao Senhor e Salvador da minha vida: Jesus
Cristo. Que me sustentou todos os dias e
ergueu sua Graça sobre mim. Que cada
palavra escrita aqui, seja somente para a
Glória do Teu nome.***

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela sua bondade e porção de esperança dada diariamente.

A minha mãe, Ana Paula Rodrigues de Sousa, por ser minha maior incentivadora. Pelo cuidado através de orações e principalmente gestos: como fazer leite com Nescau e pão, nas noites em que eu precisava estudar.

A minha avó, Maria do Socorro Bezerra Rodrigues, que faz parte das milhares de Marias desse Brasil que lutam com tudo que tem para sustentar seus filhos. Meu maior exemplo de perseverança.

Ao meu irmão, Guilherme Kalel Rodrigues, por não me permitir esquecer da criança que existe em mim.

A minha orientadora, Profa. Dra. Francisca Melo Agapito, por me orientar nesse percurso. Além disso, por me ensinar que fazer uma pausa as vezes é o melhor caminho para depois seguir em frente, com mais firmeza. Obrigada por sua empatia desde o princípio.

Aos meus colegas da turma 2017.1, pelo aprendizado diário ao conviver com as diferenças e particularidades de cada um. Em especial, aos meus colegas Ester Sampaio, Lázaro Mourão e Mábilly Thamires Xavier que remaram junto comigo e permaneceram no barco.

RESUMO

O contexto da educação inclusiva possui profissionais essenciais que devem estar preparados para atender as diversas demandas existentes. Referente aos alunos os profissionais intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e o professor da sala de aula da rede comum de ensino são fundamentais para o desenvolvimento e processo formativo destes alunos. Ambos atuam no âmbito escolar, promovendo um local de aprendizagem e possibilitando a criação de estratégias que visem eliminar as barreiras de acessibilidade nesse espaço. Nesse sentido, buscando compreender acerca dessa temática o objetivo central do trabalho foi analisar percepções de professores do ensino comum e intérprete de Libras de uma escola municipal de ensino fundamental dos anos finais, acerca de suas funções no contexto da inclusão escolar na cidade de Imperatriz. Assim, utilizamos diferentes autores que abordam sobre esta área de estudo bem como legislações pertinentes que fundamentaram as discussões. Os procedimentos metodológicos estão pautados na pesquisa qualitativa e exploratória e para a geração de dados foi utilizada a entrevista semiestruturada com professores e intérpretes de Libras de uma escola dos anos finais da rede municipal de Imperatriz-MA. No que concerne aos resultados mostraram que mesmo com o respaldo dos documentos legais, a educação inclusiva ainda não acontece conforme o planejamento existente. Nesse contexto, os intérpretes de Libras ainda necessitam orientar outros profissionais da equipe escolar, acerca da sua função com o aluno surdo, na sala de aula comum. Também foi possível notar, que a união entre professor e intérprete de Libras é um aspecto fundamental para promover um ambiente acessível e repleto de possibilidades para todos. Essa parceria só funciona, a partir do entendimento de que esses profissionais possuem singulares, mas com o mesmo objetivo: promover situações favoráveis para a aprendizagem do aluno surdo.

Palavras-chave: Atuação profissional. Educação inclusiva. Funções distintas.

SUMMARY

The context of inclusive education has essential professionals who must be prepared to meet the various existing demands. Regarding the students, the professional interpreter of Brazilian Sign Language (Libras) and the classroom teacher of the common education network are fundamental for the development and training process of these students. Both work in the school environment, promoting a place of learning and enabling the creation of strategies that aim to eliminate barriers to accessibility in this space. In this sense, seeking to understand about this theme, the main objective of the work was to analyze perceptions of teachers of common education and interpreter of Libras from a municipal elementary school in the final years, about their functions in the context of school inclusion in the city of Empress. Thus, we used different authors that address this area of study as well as relevant legislation that supported the discussions. The methodological procedures are based on qualitative and exploratory research and for the generation of data a semi-structured interview was used with teachers and interpreters of Libras from a school in the final years of the municipal network of Imperatriz-MA. Regarding the results, they showed that even with the support of legal documents, including education still does not happen according to the existing planning. In this context, Libras interpreters still need to guide other professionals from the school team, about their role with the deaf student, in the common classroom. It was also possible to notice that the union between teacher and interpreter of Libras is a fundamental aspect to promote an accessible environment full of possibilities for everyone. This partnership only works, based on the understanding that these professionals are unique, but with the same objective: to promote favorable situations for the learning of deaf students.

Keywords: Professional performance. Inclusive education. Different functions.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	9
3 INTÉRPRETE DE LIBRAS E O PROFESSOR DE SALA DE AULA COMUM.....	18
3.1 Intérprete de Língua de Sinais: documentos legais que norteiam sua função e campos de atuação.....	18
3.2 Intérprete de Libras e professor da sala de aula comum: funções singulares no contexto educacional inclusivo.....	22
4 PERCEPÇÕES DE INTÉRPRETES DE LIBRAS E PROFESSORES: DOS CAMINHOS PERCORRIDOS AOS ACHADOS DA PESQUISA.....	26
4.1 Intérpretes de Libras e professores da rede comum de ensino: em foco suas percepções.....	28
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	38
APÊNDICES.....	41

1 INTRODUÇÃO

A educação de surdos possui um contexto histórico marcado pela luta contra a exclusão e a discriminação. Somente após os anos 2000, com o reconhecimento da Libras como segunda língua oficial no Brasil, a comunidade surda foi ganhando maior espaço e oportunidades para se comunicar por meio de sua língua natural nos diferentes espaços sociais, promover diálogos sobre suas diferenças linguística e cultural, além de lutar pelo direito de ter profissionais e regulamentados legalmente para atuar no contexto da inclusão escolar.

Na sala de aula, a presença do professor e do intérprete de Libras constitui-se como fator importante para propiciar uma educação acessível aos surdos. Nesse contexto, a presente pesquisa buscou abordar aspectos referentes ao intérprete de Libras e do professor em sala de aula da rede comum de ensino na esfera do Ensino Fundamental, em uma escola municipal de Imperatriz-MA.

O interesse por estudar esse assunto surgiu a partir das experiências vividas pela pesquisadora em uma escola inclusiva de Imperatriz-MA, durante a trajetória escolar no Ensino Fundamental e Médio, ao conviver com alunos surdos e intérpretes de Libras. Em seguida, ao dividir mais uma vez, a trajetória acadêmica com um colega surdo e um profissional intérprete de Libras durante os quatro anos da graduação na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz. A proposta da pesquisa tem como base as inquietações decorrentes dessas experiências, no que diz respeito às funções que devem ser exercidas pelo intérprete de Libras e pelo professor, no contexto educacional inclusivo, bem como o trabalho que deve realizado entre estes profissionais para o desenvolvimento das aprendizagens de alunos surdos.

É fundamental conhecer a função do intérprete de Libras e do professor, para que haja um avanço na qualidade do ensino e na busca por melhorias no contexto de atuação desses profissionais. Afinal, o desvio e acúmulo de funções são problemáticas presentes na rotina escolar de diferentes profissionais, o que, em muitos casos, acaba impossibilitando um trabalho colaborativo entre os envolvidos no processo de aprendizagem dos surdos. Nesta direção foi delineado o seguinte problema de pesquisa: Que percepções de professores do ensino comum e intérprete de Libras de uma escola municipal de ensino fundamental dos anos finais, apresentam

acerca de suas funções em prol do desenvolvimento educacional de alunos surdos no contexto da inclusão escolar de Imperatriz.

Dessa forma, a pesquisa tem como objetivo central analisar percepções de professores do ensino comum e intérprete de Libras de uma escola municipal de ensino fundamental dos anos finais, acerca de suas funções no contexto da inclusão escolar na cidade de Imperatriz. Além disso, os objetivos específicos são: discorrer sobre aspectos históricos da educação de surdos no Brasil; discutir acerca das funções exercidas pelo intérprete de Libras e o professor no contexto educacional inclusivo, assim como, averiguar percepções de docentes e intérpretes de Libras sobre as funções exercidas em prol do desenvolvimento de aprendizagens de alunos surdos, no contexto inclusivo de uma escola municipal de anos finais de Imperatriz. Para isso, houve uma pesquisa de campo de caráter exploratório e qualitativo, em uma escola pública da rede municipal de Imperatriz-MA. Os dados foram gerados a partir de entrevista semiestruturada, realizada com intérpretes de Libras e professores da escola pesquisada.

Este trabalho inicia-se com esta introdução que tem o intuito de situar o leitor sobre a temática, problema e objetivos almejados. Em seguida no capítulo 2 é realizada uma breve exposição do contexto histórico da educação de pessoas com deficiência no Brasil, apresentando os documentos legais que deram espaço para o diálogo e as mudanças no âmbito da educação inclusiva no decorrer da história. Destaca-se ainda algumas questões relacionadas a função do professor em sala de aula e do intérprete de Libras, destacando os seus espaços de atuação, assim como as legislações que regulamentam e asseguram seu trabalho nesses diferentes espaços.

Posteriormente, no capítulo 3 descrevemos a metodologia de pesquisa aplicada neste estudo, a descrição do contexto investigado e o perfil dos participantes que foi constituído de professores e intérpretes de Libras, que aceitaram contribuir para a pesquisa, expondo suas vivências nas funções que exercem. Em sequência o capítulo 4 se dedica para analisar os achados da pesquisa e por fim temos as considerações finais que trazem as principais conclusões acerca do tema pesquisado.

2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A educação no Brasil tem seu início datado em 1549, no Período Colonial, com a chegada dos jesuítas. O período colonial foi marcado por grandes explorações das colônias e práticas extrativistas de produtos naturais como: cana de açúcar, pau – brasil e ouro. Ao chegarem nas terras já habitadas pelos indígenas, os jesuítas foram encarregados de catequizá-los e ensiná-los através da educação, a obedecer aos dogmas impostos pela fé católica (SAVIANI, 2006). Assim a educação escolar iniciou-se através da Companhia de Jesus, formada pelos jesuítas, porém com elementos da cultura europeia e um ensino distante das necessidades reais dos habitantes da colônia.

Os jesuítas permaneceram no Brasil até sua expulsão, em 1759 e durante esses duzentos e dez anos construíram um sistema de ensino, 25 residências, 36 missões e muitos colégios e seminários. Sobre esse período Rocha (2010, p. 40) ressalta:

A expulsão dos jesuítas, embora tenha provocado a regressão do sistema educativo da Colônia, afetou menos a educação popular que a educação das elites. O sistema de ensino por eles montado fora se transformando, progressivamente, num sistema cada vez mais destinado às elites, de acordo com os objetivos educacionais definidos pela Companhia de Jesus e consubstanciados na Ratio Studiorum. Em 1759, eles possuíam, além das escolas de ler e escrever, diversos seminários e 24 colégios.

Diante desse contexto, percebe-se que uma educação destinada apenas aqueles com maior poder aquisitivo, não é uma realidade atual, mas um fato existente há séculos. Revelando assim, que apesar da expulsão dos jesuítas, no passado, ou do surgimento de algum outro fato que cause mudanças, o sistema permanece o mesmo em alguns contextos. Naquele momento, a expulsão dos jesuítas se deu através do Marquês de Pombal e das Reformas Pombalinas, que tinham como objetivo fortalecer o Estado e a autonomia econômica do país, desvinculando todas as ideias religiosas implantadas anteriormente pelos jesuítas.

Nesse período, enquanto o Brasil dava seus primeiros passos rumo a educação, em outros países já haviam pessoas contribuindo para que a educação de um modo geral avançasse, e aqui temos inserida a educação de pessoas surdas. Algumas pessoas tiveram destaque nesse processo, tais como, Pedro Ponce de León,

Juan Pablo Bonet, John Bulwer e Charles Michel de L'Épée, sendo este último um personagem de extrema importância para a comunidade surda ao criar uma filosofia manualista, na época chamada de sinais metódicos¹.

Em 1808 a família real precisou sair de Portugal e sua chegada no Brasil oportunizou a criação de diversas instituições como: Academias Militares, Escolas de Direito e Medicina, a Biblioteca Real e o Museu Nacional, entre outros. Apesar de todas essas criações, ainda havia a necessidade de organizar o ensino escolar brasileiro. Naquele momento, a maior preocupação quanto ao ensino era desenvolver o aprendizado de conhecimentos científicos. Entretanto, segundo Melo (2012, p. 23):

As escolas primárias continuavam, entretanto, desempenhando apenas a função de ensinar a ler e escrever. O ensino secundário, por sua vez, permaneceu com a estrutura de Aulas Régias. A educação escolar continuou sendo praticada de forma fragmentada, desprovida de estrutura organizacional.

É possível perceber que o ensino era baseado apenas na transmissão de conteúdos e não visava desenvolver o senso crítico e a autonomia dos estudantes, permanecendo com um currículo engessado e inflexível. Dessa forma, as dificuldades de tornar o ambiente inclusivo e acessível a todos, tornavam – se maiores.

O fim do período Colonial, é marcado com a insatisfação do povo brasileiro, em relação ao domínio português sobre as terras brasileiras. Em seguida, após toda a pressão da classe dominante para a emancipação do país, D. Pedro I proclama a Independência do Brasil em 1822. Nesse momento, inicia-se o período Imperial, dividido em duas etapas: 1º Império com o reinado de D. Pedro I de 1822 a 1831 e o 2º Império com o reinado de D. Pedro II que durou de 1840 a 1889. Neste contexto, a educação brasileira continuou sofrendo modificações, como em 1823, onde numa tentativa de suprir a falta de professores houve a criação e uso do Método Lancaster, que baseava-se no ensino mútuo, em que um aluno tinha a responsabilidade de ensinar a um grupo de dez alunos (BASTOS, 1997).

A Constituição de 1824, outorgada pelo Imperador D. Pedro I, também trazia pontos relevantes para a educação da época. Entre eles, o Art. 179 que tratava da inviolabilidade dos direitos dos cidadãos e garantia que “A Instrução primária é gratuita a todos os Cidadãos” (BRASIL, 1824), ofertando também escolas primárias, ginásios

¹ Uma junção entre Língua de Sinais e a gramática francesa (GOLDFELD, 1997a).

academias e universidades em todo o território. Porém, as aulas continuaram sendo ministradas de forma isolada e o governo demonstrava maior interesse em corrigir problemas políticos e econômicos.

Entretanto, foi em 1855 que D. Pedro II oportunizou que a educação de surdos iniciasse seus primeiros passos. O Imperador, convidou o professor surdo e francês Ernest Huet chega ao Brasil, acompanhado de sua esposa, almejando fundar uma escola para surdos. O motivo de sua vinda está relacionado a Dom Pedro II, “[...] que possuía um neto surdo e gostaria que fossem desenvolvidos métodos para que ele estudasse” (LEICHSENRING, 2016, p. 2).

Posteriormente à chegada de Ernest Huet, o Instituto Nacional de Educação de Surdos é criado na cidade do Rio de Janeiro. A escola tornou-se um ponto de referência para professores e alunos surdos da época, conforme Mazzotta (2001, p. 29) explica: “Começando a lecionar para dois alunos no então Colégio Vassimon, Huet conseguiu, em outubro de 1856, ocupar todo o prédio da escola, dando origem ao Imperial Instituto dos Surdos Mudos”.

Após o reinado de D. Pedro II findar-se, chega o momento da Primeira República (1889-1929). Segundo Melo (2012, p. 42) nesse período:

O liberalismo político, econômico e educacional provocou desigualdades acentuadas nos estados, porque dependia do investimento que cada um deles poderia fazer. As escolas mais beneficiadas eram as que se encontravam na região Sudeste, onde havia concentração de capital gerado pelas fazendas de café.

Diante disso, percebe-se que mais uma vez a educação estava diretamente ligada a valores econômicos, fossem eles privados ou públicos. O sucesso das escolas decorria do nível de riqueza do local onde ela estava inserida e assim, a educação continuava em segundo plano e não atendia a todos, como já havia acontecido anteriormente em outros períodos históricos e continuava presente também no contexto da educação de pessoas surdas. Além disso, a prática pedagógica estava baseada em métodos vindos de outros países e reformas que apenas afastavam a educação da realidade brasileira, entre essas reformas estão: Código Epiácio Pessoa (1901) e Reforma Carlos Maximiliano (1915).

Referente a educação de surdos algumas situações ocorreram em âmbito internacional e tiveram influência na condução do processo educacional dos surdos brasileiros. Em 1880, aconteceu um evento que merece destaque pois contribuiu para

novas discussões acerca da educação de surdos mundialmente: o Congresso de Milão. Este congresso contou com a participação de pessoas vindas de diversos países como: Inglaterra, Itália, Suécia, Bélgica, Canadá, Alemanha e Estados Unidos.

O Congresso de Milão (1880), abriu portas para o método oralista e proibiu a utilização da Língua de Sinais. Como consequência, o oralismo invadiu a Europa e muitas escolas demitiram seus professores surdos, pois “[...] era a forma de impedir que eles pudessem ter qualquer tipo de força e de poderem se organizar para qualquer tipo de manifestação ou proposta que fosse contra o oralismo” (MACHADO, 2000, p. 48). A partir desses fatos, as escolas em diversos países Europeus transformaram seu método de ensino, propondo um ensino sem língua gestual na educação de surdos. Rocha (2010, p. 15) diz que:

As narrativas sobre esse período, encontradas nessa produção, ora são descritas somente como o triunfo do oralismo e a proibição da Língua de Sinais, ora são descritas como distanciadas dos sentidos da educação geral dos anos cinquenta no Brasil.

Assim, os fatos históricos evidenciados nos documentos pesquisados comprovam os impactos do Congresso de Milão na educação de surdos, introduzindo o método oralista nas escolas. Nesse momento, a Libras começava a ser desenvolvida e utilizada no Brasil, entretanto, muitos educadores da época defendiam ideias relacionadas ao método oralista e o consideraram como o principal método de ensino.

Ao avançarmos um pouco na história temos a educação no Estado Novo, que toma novas proporções e torna-se perceptível que acontece um despertar da importância do ensino para que o país cresça. Prova disso foi a criação do Ministério da Educação e da Saúde em 1930 e o surgimento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que pautava-se em ideias inovadoras sobre a educação. Porém, o Estado ainda insistia em construir uma educação voltada para a preparação de mão de obra e por isso, as ideias inovadoras que haviam surgido não foram efetivadas na prática (MELO, 2012).

Nos anos seguintes, da República Nova à Ditadura Militar, a educação apresentava-se de forma tecnicista, onde o principal objetivo era “[...] atender as necessidades imediatas do mercado de trabalho, fornecendo principalmente mão-de-obra para as indústrias estrangeiras” (MELO, 2012, p. 75).

Os anos seguintes também possuem fatos que contribuíram para os avanços da Educação Especial no Brasil. Nosso país viveu um intenso período tomado pela ideia de que o Estado não seria capaz de assegurar escola para todos, em tempo hábil. Foi nesse contexto, que em 1953, surgiu a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE) no Rio de Janeiro, atuando com solidariedade e dedicação.

Outro capítulo importante na história da Educação Especial, aconteceu em 1994, com a elaboração de um documento em Salamanca, na Espanha, que forneceu diretrizes para elaboração de políticas relacionadas a educação de pessoas com necessidades especiais. O documento elaborado foi intitulado de Declaração de Salamanca e tornou-se um dos documentos de maior relevância no âmbito da educação inclusiva. O princípio que orienta a estrutura da Declaração de Salamanca é o de que:

[...] escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e super-dotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias lingüísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados (UNESCO, 1994).

Dessa forma, a Declaração de Salamanca reafirma a importância de todos as pessoas com deficiência, necessidades educacionais, entre outros, tais como os surdos estarem inseridos no contexto escolar, ao propor que as escolas devem acomodar a todos. Assim a educação torna-se mais inclusiva e acessível, apesar das diferenças e particularidades de cada um.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/1996, traz em seu capítulo V pontos específicos sobre a educação especial. Em seu texto, esta lei coloca a educação especial como modalidade de ensino, dispõe sobre os serviços de apoio especializado, que devem ser oferecidos conforme necessidade dos alunos e em seu Art. 59 diz que “[...] os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 1996). Essa lei contribuiu para que os sistemas de ensino disponibilizassem recursos e métodos necessários para assegurar uma educação para todos.

No ano de 1999 houve a criação do Decreto nº 3.298, que regulamentou a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 e “[...] dispõe sobre a Política Nacional para a

Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências (BRASIL, 1999)". Além disso, o Art. 4º deste Decreto revela as categorias que se enquadram as pessoas com deficiência e define deficiência auditiva como "[...] perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas freqüências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz; (BRASIL, 1999)". Ainda tratando-se da educação especial, o Decreto citado propõe em seu Art. 24 que os órgãos públicos que são responsáveis pela educação, devem viabilizar a "[...] inclusão, no sistema educacional, da educação especial como modalidade de educação escolar que permeia transversalmente todos os níveis e as modalidades de ensino" (BRASIL, 1999).

Por conseguinte, em 19 de dezembro de 2000, houve a criação da Lei nº 10.098/2000 que "Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida [...] (BRASIL, 2000)". Nessa lei, constam algumas definições das barreiras que limitam a participação das pessoas no meio social. Entre essas barreiras, é citada a de comunicação e informação, definida como: "[...] qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação [...] (BRASIL, 2000)". Ainda nesta lei há uma definição para o termo "comunicação", que abrange alguns aspectos da educação inclusiva. A comunicação é classificada como:

[...] forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações; (BRASIL, 2000).

Nesse sentido, a Lei dispõe de artigos sobre acessibilidade e complementa seu texto tratando sobre a implementação de "[...] formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes [...] (BRASIL, 2000), por meio do Poder Público. Visando assim, facilitar a comunicação direta de pessoas com deficiência.

Entre avanços e retrocessos, em 2002 no Brasil houve a criação da Lei nº 10.436/2002, que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio de

comunicação legal dos surdos, dando assim maior visibilidade e oportunidades para a comunidade surda no país. O seu primeiro artigo diz:

É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002).

Dessa forma, após muitas lutas da comunidade surda, o governo brasileiro garante mais um direito básico: o de comunicação. Por meio da Libras é possível que os surdos participem de todas as esferas sociais e atuem em áreas que antes eram inacessíveis.

Por conseguinte, em 2004 o Ministério Público Federal publica um documento intitulado O Acesso de Alunos com Deficiência as Escolas e Classes Comuns da Rede Regular que tinha como objetivo “Divulgar os conceitos mais atuais e adequados às diretrizes mundiais de inclusão da pessoa com deficiência na área educacional” (BRASIL, 2004, p. 5). Dessa forma, buscava-se construir um sistema educacional inclusivo, para atender a todos os cidadãos que buscavam acesso a escolaridade básica.

Em 2005, houve a criação do Decreto 5.626/2005 que Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Este decreto, dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, da formação do professor e instrutor de Libras, assim como, da garantia do direito à educação das pessoas surdas ou com deficiência auditiva.

Em 2006, é estabelecida pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que o Estado deve garantir uma educação inclusiva presente em todos os níveis de ensino e no ano seguinte, há a publicação do Decreto nº 6.094 que possui como um dos objetivos “[...] garantir o acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais nas classes comuns do ensino regular, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas;” (BRASIL, 2007).

Em 2 de outubro de 2009, há a criação da Resolução nº 4 que dispõe sobre diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (BRASIL, 2009), que em seu texto dizia que os sistemas de ensino deveriam

matricular os alunos com deficiência nas classes comuns e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), assim como apresentava a função do AEE na formação do aluno. Um dos documentos publicados pelo Ministério da Educação, intitulado “Sala de Recursos Multifuncionais: espaço para o atendimento educacional especializado” trata sobre a definição do AEE, afirmando que:

O atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais se caracteriza por ser uma ação do sistema de ensino no sentido de acolher a diversidade ao longo do processo educativo, constituindo-se num serviço disponibilizado pela escola para oferecer o suporte necessário às necessidades educacionais especiais dos alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento (BRASIL, 2006, p. 15).

Assim, o AEE é um apoio e complemento para o ensino regular. As salas de recursos multifuncionais oferecem suporte pedagógico e viabilizam o ensino de acordo com as necessidades do seu público alvo. Dentre as atividades promovidas na sala de recursos, no âmbito da educação de surdos, estão o aprendizado da Libras para o aluno que optar pelo seu uso, desenvolver a Libras como atividade pedagógica, instrumental, dialógica e de conversação, promover a aprendizagem da Língua Portuguesa para alunos surdos, como segunda língua, de forma instrumental, dialógica e de conversação e na modalidade escrita (LIMA, 2014).

Entre documentos mais atuais sancionados sobre a Educação de Surdos, temos o Plano Nacional de Educação para o decênio de 2014-2024, baseado na Lei 13.005/2014, que apresenta 20 metas para serem cumpridas durante esse tempo. Entre essas metas, temos o item a seguir:

4.7) garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos (BRASIL, 2014).

Assim, reforça-se o direito das pessoas surdas a uma educação bilíngue, regulamentada e garantida por leis. Dessa forma, é necessário buscar uma inclusão legítima de surdos no Brasil, baseada nos aspectos legais existentes.

No cenário atual foi sancionada a Lei nº 14.191/2021 que inseriu a Educação Bilíngue de Surdos na LDB nº 9.394/1996, que em seu texto diz que “A oferta de

educação bilíngue de surdos terá início ao zero ano, na educação infantil, e se estenderá ao longo da vida” (BRASIL, 2021). Além disso, os sistemas de ensino deverão desenvolver programas de pesquisa com oferta de educação bilíngue aos estudantes surdos.

Em síntese, diante do contexto histórico apresentado, percebemos alguns progressos ao longo do tempo no âmbito na Educação Especial direcionados às pessoas surdas. Muitos deles, foram concretizados e podem ser percebidos nos espaços escolares, entretanto, outros projetos presentes nos documentos legais permanecem estagnados. Assim, continua sendo válida a luta de toda a comunidade surda em busca de seus direitos e neste sentido, o capítulo a seguir tratará sobre os documentos legais que regulamentam a atuação do intérprete de Libras e do professor, buscando esclarecer seus papéis dentro da sala de aula comum.

3 INTÉRPRETE DE LIBRAS E O PROFESSOR DE SALA DE AULA COMUM

Após muitos anos de luta, por uma educação de fato inclusiva, as políticas públicas atuais possuem propostas educacionais que abarcam – mas ainda não em sua totalidade – alunos com deficiência. Apesar de ainda haver muito a fazer nesse percurso da educação inclusiva, são perceptíveis alguns avanços com relação aos direitos das pessoas surdas a se comunicarem por meio de sua língua natural.

Nesse sentido, o presente capítulo situará a discussão nos dois profissionais que estão inclusos nos processos de mediação das aprendizagens de surdos – professores de sala de aula da rede comum de ensino e intérprete de Libras. Para tanto, abordaremos inicialmente na seção 2.1 sobre: Intérprete de Língua de Sinais: documentos legais que norteiam sua função e campos de atuação. De igual modo, destacaremos na seção 2.2 intitulada Intérprete de Libras e professor da sala de aula comum: funções singulares no contexto educacional inclusivo, algumas considerações sobre estes profissionais e sua atuação junto aos alunos surdos.

3.1 Intérprete de Língua de Sinais: documentos legais que norteiam sua função e campos de atuação

O intérprete de Língua de Sinais é “[...] o profissional que domina a língua de sinais e a língua falada do país e que é qualificado para desempenhar a função de intérprete (QUADROS, 2004, p. 27)”. No Brasil, ele deve dominar a Libras e a Língua Portuguesa, tendo qualificação específica para exercer tal função. O papel deste profissional também perpassa alguns preceitos éticos, que de acordo com Quadros (2004, p. 28) são:

a) confiabilidade (sigilo profissional); b) imparcialidade (o intérprete deve ser neutro e não interferir com opiniões próprias); c) discricção (o intérprete deve estabelecer limites no seu envolvimento durante a atuação); d) distância profissional (o profissional intérprete e sua vida pessoal são separados); e) fidelidade (a interpretação deve ser fiel, o intérprete não pode alterar a informação por querer ajudar ou ter opiniões a respeito de algum assunto, o objetivo da interpretação é passar o que realmente foi dito).

Dessa forma, a interpretação deve ser realizada observando esses preceitos, compreendendo que eles fazem parte do processo de tradução e orientam o profissional na sua relação com os demais envolvidos no contexto de ensino.

Entre os documentos legais que norteiam a atuação do intérprete, podemos citar o texto do Decreto nº 5.626/2005 que apresenta a necessidade de Intérpretes de Língua de Sinais nas instituições de ensino, como diz em seu Art. 21:

[...] as instituições federais de ensino da educação básica e da educação superior devem incluir, em seus quadros, em todos os níveis, etapas e modalidades, o tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, para viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos (BRASIL, 2005).

Dessa forma, a presença deste profissional é apresentada como uma possibilidade para a comunicação entre surdos e ouvintes, em ambientes onde antes, os alunos surdos não tinham direito nem a fazer uso da Libras, nem de acessar os currículos escolares da sala de aula comum. O trabalho feito pelo Intérprete de Libras abriu portas para a criação de um espaço escolar inclusivo.

A participação de toda a comunidade surda na sociedade dependeu de muita luta para tornar-se efetiva. Uma lei que tornou possível essa participação, como já mencionado em momento anterior, foi a LDB nº 9.394/1996 que garantiu o acesso à educação a toda e qualquer pessoa com deficiência. Suas determinações legalmente dão o respaldo para se evitar qualquer possibilidade de segregação nas escolas comuns de ensino.

Por conseguinte, houve a oficialização da Libras, como segunda língua oficial do país, através da Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que em seu artigo 1º diz:

É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002).

Dessa forma, a comunidade surda seguiu ganhando espaço e liberdade para utilizar seus direitos lingüísticos com a Libras. Podendo assim, “[...] pelo exercício da linguagem, pela utilização da língua, construir sua relação com a natureza e com os outros homens” (MUSSALIM; BENTES, 2011, p. 26). Neste decreto, também há apontamentos quanto a formação do intérprete de Libras, em seus Art. 17 e 18 enfocando que:

Art. 17. A formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa.

Art. 18. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, a formação de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional;

II - cursos de extensão universitária; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação. (BRASIL, 2005)

Assim, a lei demonstra a seriedade com que deve ser levado o trabalho do intérprete de Libras, é necessária formação específica. Ressaltando que para o exercício da sua função é necessário investir tempo de estudo e aperfeiçoamento. O Decreto nº 5.626/2005 segue dando ênfase na necessidade da educação Bilíngue e da presença de intérpretes de Libras nos anos finais do ensino fundamental, ensino médio e superior.

Para melhor compreender a atuação e funções do profissional Intérprete de Língua de Sinais, existe a Lei nº 12.319 de 1º de setembro de 2010, que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete de Libras e descreve as atribuições legais desse profissional, bem como a formação necessária para o exercício e valores éticos a serem seguidos. Entre as atribuições exigidas ao Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais, citados nesta lei estão:

[...] efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa; interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino; atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos; atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas; e prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais (BRASIL, 2010).

A partir das atribuições citadas, torna-se perceptível que o campo de atuação deste profissional é completamente amplo, trazendo-lhe a possibilidade de prestar seus serviços em diversos espaços, levando sempre em consideração o objetivo da interpretação, previsto em leis. Ao argumentar sobre o profissional intérprete, Pereira (2008a, p. 138) salienta que:

[...] a imagem mais lembrada é a dos intérpretes de conferência, em suas cabines, com seu equipamento de som, em encontros internacionais, intérpretes de línguas vocais, portanto. No entanto, este tipo de interpretação, o mais prestigiado de todos, não é o único, existem diversas classificações quanto a sua atuação.

Diante disso, é possível afirmar que atualmente o intérprete de Libras tem se destacado em novos ambientes e continua buscando a sua inserção em todos os âmbitos da sociedade. Entre esses novos campos de atuação profissional existentes, temos: o contexto social, educacional, jurídico e religioso. Apesar de que “Historicamente não é possível rastrear o exato momento em que os intérpretes começaram a atuar (PEREIRA, 2008, p. 138)”, no Brasil, o contexto religioso foi o primeiro a ter a presença de intérpretes de Libras (Quadros, 2002). No contexto atual, muitos intérpretes iniciam sua vida profissional nesse ambiente, em seguida partem para uma prática em outros espaços. No espaço religioso, o intérprete também precisa possuir boas habilidades interpretativas, pois lhe é exigida a tradução dos mais variados tipos de discursos. Dessa forma, também é preciso possuir um vocabulário amplo, assim como flexibilidade na interpretação.

Outro ambiente necessário para a atuação desse profissional é o jurídico. Parece ainda serem modestas as menções a respeito da atuação de intérpretes nessa área e mostrando assim, uma carência de mais profissionais inseridos nesse contexto. Afinal, o surdo deve estar inserido em todos os ambientes da sociedade, tornando essa uma das inúmeras possibilidades previstas, para a atuação do intérprete de Libras. Sobre essa área, Rosa (2008, p. 153) diz:

A presença do ILS no judiciário é bem recente, e normalmente, o juiz quando está diante desse profissional se refere normalmente a ele, não se dirigindo nem ao surdo e tampouco ao advogado, quer o surdo seja a vítima, quer seja réu – prática incomum, em se tratando de audiência com ouvintes, mesmo quando esses são estrangeiros.

Dessa forma, compreendemos mais uma vez que o surdo também é um cidadão da sociedade, que deve participar ativamente de todos os ambientes. Independente da posição que ocupa no ambiente jurídico, é seu direito possuir a garantia de expressar-se diante de um júri, tornando assim, o trabalho do intérprete necessário em mais esse contexto. Assim como nos outros campos de atuação, além das habilidades com a interpretação, no ambiente jurídico a ética e o respeito também precisam fazer parte da postura profissional do Intérprete de Libras.

O ambiente educacional tem recebido destaque, quanto a atuação do Intérprete de Libras. São nas salas de aula comuns que possuem alunos surdos, e que estes profissionais desenvolvem seu trabalho tornando acessíveis todos os conteúdos ministrados para esse aluno. A presença do Intérprete possibilita uma maior construção de saberes, cria um elo de comunicação entre professores e alunos e “[...] vai além de fazer escolhas ativas sobre o que deve traduzir, envolvendo também modos de tornar conteúdos acessíveis para o aluno” (LACERDA, 2009, p. 35).

A atuação do Intérprete de Libras também é diversificada de acordo com o nível de ensino que pode ser: fundamental, médio, curso técnico e superior. Diante disso, a forma de comunicar-se pode variar de acordo com a faixa etária dos alunos e a linguagem predominante nesse contexto; são fatores que exigirão do intérprete uma flexibilização, de acordo com o perfil dos alunos atendidos.

Diante de todo o conhecimento acerca das áreas de atuação do intérprete, Sobral (2008, p. 132) afirma:

Assim, o intérprete tem de ser um profissional capaz de entender quando deve dizer o que a quem e de que maneira, a depender de onde ele esteja e quem esteja envolvido. Daí minha afirmação de que interpretar em Libras também é dizer o “mesmo” a outros, ou seja, dizer uma coisa de acordo com a situação em que se diz, com a intenção de quem diz e com as características daquele a quem se diz.

Dessa forma, o intérprete de Libras deve ser um profissional com as habilidades necessárias para que, em qualquer contexto, consiga transferir o que está sendo dito em dado discurso para a pessoa surda. Não importa o ambiente de atuação, a maior responsabilidade do Intérprete de Língua de Libras é tornar os discursos compreensíveis ao interlocutor surdo ou o contrário, estabelecendo uma boa comunicação entre todos os participantes.

Logo, diante do exposto, podemos compreender a abrangência de documentos legais que existem e respaldam o trabalho do intérprete de Libras e em quais ambientes esse profissional atua. A seguir, abordaremos sobre o conceito de educação inclusiva, as funções do intérprete e do professor nesse contexto inclusivo, assim como, a relevância da parceria entre esses dois profissionais.

3.2 Intérprete de Libras e professor da sala de aula comum: funções singulares no contexto educacional inclusivo

A escola é um ambiente que atende um público diverso, com aspectos e necessidades individuais. Diante desses fatores, todos os profissionais que estão inseridos nesse contexto, precisam compreender o conceito de inclusão para promovê-la. Por esse motivo, conforme Mantoan (2003, p. 15) o ambiente escolar “[...] não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor. Não pode continuar anulando e marginalizando as diferenças – culturais, sociais, étnicas – nos processos pelos quais forma e instrui os alunos”.

Dessa forma, os profissionais que atuam no contexto escolar precisam exercer seus papéis de forma que contemplem todos os aspectos múltiplos que compõem a sala de aula comum. É necessária uma reflexão sobre o significado da educação inclusiva e como esse conceito deve estar ligado ao trabalho desses profissionais. Segundo Stainback (1999, p. 21):

A educação inclusiva pode ser definida como a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas.

Portanto, a inclusão é um fator importante para a criação de um ambiente saudável e de aprendizado para todos. Diante disso, o intérprete e o professor da sala de aula comum devem exercer seus papéis, que são singulares e com inúmeras particularidades, porém encontrando um ponto em comum que é a inclusão. Sobre esse aspecto, Quadros (2019, p. 180) diz que esses profissionais:

[...] precisam ter consciência da importância da interação eficaz para favorecer o desenvolvimento dos alunos surdos. O trabalho desenvolvido entre os diferentes atores educacionais precisa ser realizado de forma colaborativa, ou seja, os profissionais devem planejar, realizar e avaliar as atividades escolares conjuntamente.

Diante disso, percebe-se a importância de um trabalho colaborativo entre os profissionais presentes no contexto inclusivo, com o objetivo de avançar na qualidade do ensino promovido aos alunos surdos. Em sala de aula, o trabalho do Intérprete de Língua de Sinais perpassa a transposição de uma língua para outra – tarefa que não é simples – afinal o intérprete de Libras “a) intermedia a comunicação entre as pessoas surdas usuárias de LIBRAS e as pessoas ouvintes usuárias da Língua Portuguesa em diferentes contextos” (QUADROS, 2009, p. 19). Entretanto, faz-se necessário ir além disso e estabelecer relações sociais com outros sujeitos do

processo educacional e participar efetivamente do processo de ensino aprendizagem. Sobre o papel do intérprete, Damázio (2007, p. 16) argumenta:

É absolutamente necessário entender que o intérprete é apenas um mediador da comunicação e não um facilitador da aprendizagem e que esses papéis são absolutamente diferentes e precisam ser devidamente distinguidos e respeitados nas escolas de nível básico e superior.

Portanto, apesar de ser atribuída ao intérprete as funções de transpor uma língua para outra e esforçar-se para manter relações com outros participantes do contexto educacional, seu papel não deve ser confundido com o do professor. Por esse motivo, é essencial entender quais funções são atribuídas ao professor da sala de aula comum.

Inicialmente, cabe ao professor fazer com que esse aluno surdo se sinta acolhido e confortável diante da turma. Além disso, deve observar os anseios e dificuldades apresentadas pelo aluno, para assim desenvolver sua função principal de incentivo ao conhecimento. Sobre a função deste profissional, a LDB nº9.394/1996 em seu Art. 13, estabelece que:

Os docentes incumbir-se-ão de:

- I** - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II** - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III** - zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV** - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V** - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI** - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade (BRASIL, 1996).

Assim, o papel do professor vai além de transmitir informações, mas engloba outros aspectos que contribuem para um ensino efetivo e inclusivo. Diversos autores, ressaltam a importância de um bom intérprete para o pleno desenvolvimento do aluno surdo, mas também destacam a necessidade de uma parceria entre professor e intérprete em sala de aula comum. Sobre o segundo aspecto, Lacerda e Bernardino (2009, p. 69) afirmam que:

[...] nesse processo, é preciso que atuação do intérprete se constitua em parceria com o professor, propiciando que cada um cumpra com seu papel em uma atitude colaborativa, em que cada um possa sugerir coisas ao outro,

promovendo a melhor condição possível de aprendizagem para a criança surda.

Não é interessante, que os profissionais citados assumam papéis diferentes daqueles que são de sua incumbência e muito bem especificados em diferentes documentos legais. O professor deve portar-se como regente da turma e o intérprete não deve deixar que existam dúvidas, acerca das suas responsabilidades naquele contexto. Afinal, “[...] posicionar-se como professor, como se o aluno surdo seja exclusivo do intérprete se traduz como falta de ética e compromete a relação” (LIMA, 2015, p. 57).

Assim, é necessário que haja uma parceria entre o intérprete de Libras e o professor, onde ambos precisam assumir práticas que favoreçam essa união. O professor precisa permitir que o intérprete tenha acesso aos conteúdos que serão ensinados, o intérprete pode sugerir estratégias de ensino que facilitarão o processo de aprendizagem do aluno surdo, como o uso de recursos visuais. Nesta lógica, o professor deve buscar criar uma relação professor e aluno surdo e o intérprete pode ser um facilitador dessa relação. Diante disso, essa parceria não é apenas uma necessidade, mas algo fundamental (ZAMPIERI, 2006).

Em suma, todos que participam do contexto escolar inclusivo e da busca por uma resolução para as dificuldades enfrentadas no contexto inclusivo são peças fundamentais para o sucesso da inclusão. O trabalho em conjunto é fundamental, pois a atuação do professor e do intérprete e fazem parte de todo um sistema educacional. Entretanto, como este sistema foi construído há anos sem o pensamento inclusivo, algumas questões permanecem necessitando de discussões como é o caso do trabalho realizado pelo intérprete de Libras, que é parte fundamental do processo inclusivo mediando a comunicação entre surdos e ouvintes. Neste sentido, tendo os aportes teóricos que sustentam esta pesquisa, o capítulo a seguir, trará um detalhamento acerca da abordagem metodológica utilizada para o desenvolvimento deste trabalho.

4 PERCEPÇÕES DE INTÉRPRETES DE LIBRAS E PROFESSORES: DOS CAMINHOS PERCORRIDOS AOS ACHADOS DA PESQUISA

Para desenvolver o tema proposto, foi necessário fazer um levantamento bibliográfico, com o objetivo de buscar referenciais teóricos para fundamentar a pesquisa. Esse trabalho, também possui uma abordagem qualitativa, que “[...] lida com interpretações das realidades sociais” (BAUER; GASKELL, 2008). Nesse sentido, buscou-se compreender um fenômeno (as funções exercidas por intérpretes de Libras e professores) em seu ambiente natural (escolar).

Além disso, outra abordagem utilizada no desenvolvimento da pesquisa foi a exploratória, que segundo Gil (1999, p. 43):

[...] são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele de formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

Assim, a pesquisa exploratória permitiu uma familiaridade com a temática pesquisada, sendo possível tecer ideias mais concretas, construir as hipóteses e os objetivos da pesquisa. Nesse sentido, foi necessário estar em contato direto com os personagens do contexto que se desejava pesquisar, fazendo uso então, da pesquisa de campo, que segundo Gonçalves (2001, p. 67):

[...] é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...].

Desse modo, através da pesquisa de campo foi possível conhecer o espaço de pesquisa, os agentes que atuam nesse espaço e assim adquirir informações pertinentes sobre a temática pesquisada.

A pesquisa foi desenvolvida em uma escola da rede municipal de ensino de Imperatriz-MA. De acordo com o Censo Escolar (2021), a escola possui 332 alunos matriculados e atua na modalidade de Ensino Regular, Anos Iniciais e Anos Finais.

Atualmente, está entre as escolas da rede municipal que possuem alunos surdos, estes estão matriculados no turno matutino e cursando anos finais do Ensino Fundamental. O quadro de funcionários também conta com quatro Tradutores Intérpretes de Libras, que dividem-se para interpretar de acordo com as disciplinas

existentes no currículo da instituição escolar. Sobre a atuação do Tradutor Intérprete de Libras Educacional e suas responsabilidades mediante as demandas da sala de aula, Quadros (2004, p.54) afirma que:

O intérprete especialista para atuar na área da Educação deverá ter um perfil para intermediar as relações entre os professores e os alunos, bem como, entre os colegas surdos e os colegas ouvintes. No entanto, as responsabilidades destes profissionais não são tão fáceis de serem determinadas.

Assim, percebe-se que a função do intérprete de Libras, ainda está sendo concebida nas escolas, apesar de já ter sido regulamentada há alguns anos, nos documentos legais que tratam sobre essa profissão.

A esses profissionais foi feito um convite para participarem da pesquisa, explicando – lhes os objetivos e a temática proposta. Também houve a apresentação de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (APÊNDICE A) que foi devidamente assinado por eles, permitindo o uso de suas respostas na pesquisa visando garantir sua originalidade e seriedade. Uma via deste documento permaneceu com os participantes e outra com a pesquisadora. A presente pesquisa contou com a participação de dois tradutores intérpretes de Libras e quatro professores que atuam no Ensino Fundamental – Anos Finais. Os professores ministram aulas em turmas que possuem alunos surdos e conseqüentemente, possuem tradutores intérpretes de Libras.

Todos os profissionais que aceitaram participar da pesquisa, tiveram suas identidades preservadas, conforme consta no TCLE que foi assinado e por esse motivo receberam uma codificação. Os tradutores intérpretes de Libras foram identificados por Carlos e Bruna, e os professores como José, Patrícia, Tiago e Isabel. As falas dos participantes aparecem destacadas em itálico no texto, para melhor compreensão do leitor.

Em seguida, visando alcançar uma profundidade maior na pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, formadas de “[...] uma série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista” (LAVILLE & DIONNE, 1999, p.188) com os participantes da pesquisa, de acordo com o eixo temático. As entrevistas foram previamente agendadas, nos dias 29 e 30 de junho de 2022, levando em consideração o tempo livre que os participantes possuíam em meio as atividades diárias. A partir de um roteiro de entrevista (APÊNDICES B) para os intérpretes e um

específico para os docentes (APÊNDICE C), cada entrevista levou em média 15 a 20 minutos para sua realização, portanto é importante ressaltar, que os profissionais demonstraram-se imensamente interessados em participarem da pesquisa e responderam aos questionamentos com atenção, apesar das demandas do dia.

Os dados gerados a partir das entrevistas tem como respaldo a análise descritiva, que segundo Gil (2002, p. 42) tem como objetivo:

[...] a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

Assim, esse tipo de estudo auxilia o autor a descrever os fatos da realidade pesquisada, buscando de forma organizada adquirir informações importantes a partir dos dados coletados. Portanto, a análise será trazida a partir desses dados gerados nas entrevistas, buscando fundamentá-la de acordo com os referenciais teóricos.

4.1 Intérpretes de Libras e professores da rede comum de ensino: em foco suas percepções

Como ponto inicial de nossa análise, fizemos o levantamento do perfil dos participantes da pesquisa. O intérprete Carlos atua há três anos no contexto educacional, possui Graduação em Pedagogia e Pós-Graduação em Língua Brasileira de Sinais, além de formação continuada promovida pela prefeitura do município. Bruna atua há um ano no contexto educacional, possui Graduação em História e curso avançado de Libras, assim como formação continuada também promovida pela prefeitura.

Os professores possuem as seguintes formações: Graduação em Matemática (José), Graduação em Ciências e pós-graduação em Educação Ambiental e Sanitária (Patrícia), Graduação em Ciências, Pedagogia e Filosofia (Pedro), Graduação em Letras com habilitação em Literatura e pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Metodologia Científica (Isabel). Dentre estes, apenas dois professores possuem alguma outra formação na área da Educação Inclusiva, sendo eles Pedro, que possui

curso de Pós-Graduação em Atendimento Educacional Especializado – AEE e Isabel, que possui curso de Libras nos níveis básico, intermediário e avançado.

Durante as entrevistas com os participantes da pesquisa, foi pedido para que eles descrevessem qual a concepção que tinham da função do intérprete de Libras, no contexto escolar. As respostas tiveram a mesma linha de pensamento e enfatizaram que o intérprete tem a função de transmitir ao aluno surdo, o conteúdo que está sendo ministrado pelo professor, conforme exposto a seguir:

Passar a informação do professor para o aluno, na língua deles. Fazendo uma adaptação da Língua Portuguesa, utilizando as várias técnicas que a Libras permite (Carlos).

Interpretar é passar o conteúdo para o aluno surdo. Não somos professores, apesar de que em certas situações a gente acabe assumindo esse papel (Bruna).

Nos assessorar, nas dificuldades que a gente tem. Não é ele explicar, nem dar aula no nosso lugar. É ele nos assessorar, no sentido de tornar mais fácil a compreensão dos surdos em sala. (José)

Ele é primordial, ele está ali ensinando os alunos constantemente. São bem participativos na sala de aula com os alunos. (Patrícia)

A principal função do intérprete, é ele ajudar a levar esse conhecimento para o aluno [...] (Pedro)

Meu braço direito e esquerdo [...] se eu não tivesse o auxílio do intérprete ficaria muito difícil o aprendizado dele (aluno surdo). O intérprete é essencial nesse processo. (Isabel)

Sobre essa função, Sobral (2008) diz que:

O intérprete tem de ser um profissional capaz de entender quando deve dizer o que a quem e de que maneira, a depender de onde ele esteja e quem esteja envolvido. Daí minha afirmação de que interpretar em Libras também é dizer o “mesmo” a outros, ou seja, dizer uma coisa de acordo com a situação em que se diz, com a intenção de quem diz e com as características daquele a quem se diz (SOBRAL, 2008. p. 132).

Dessa forma, o intérprete torna-se responsável por mediar a comunicação entre o aluno surdo e os ouvintes presentes, sejam eles professores, alunos ou demais profissionais presentes nesse contexto. Enfatizamos aqui o que Bruna complementa em sua fala sobre a função do intérprete: “*Não somos professores, apesar de que em certas situações a gente acabe assumindo esse papel*”. Essa fala ressalta a falta de conhecimento de outros profissionais presentes na equipe escolar, acerca das funções atribuídas ao intérprete dentro da sala de aula. Dentre essas funções, está:

Realizar a interpretação da língua falada para a língua sinalizada e vice-versa observando os seguintes preceitos éticos: a) confiabilidade (sigilo profissional); b) imparcialidade (o intérprete deve ser neutro e não interferir com opiniões próprias); c) discrição (o intérprete deve estabelecer limites no seu envolvimento durante a atuação); d) distância profissional (o profissional intérprete e sua vida pessoal são separados); e) fidelidade (a interpretação deve ser fiel, o intérprete não pode alterar a informação por querer ajudar ou ter opiniões a respeito de algum assunto, o objetivo da interpretação é passar o que realmente foi dito) (BRASIL, 2004, p. 28).

Dessa forma, o trecho acima revela um aspecto citado na fala de Carlos, ao dizer que não é função do intérprete substituir o professor. Ambos são profissionais que fazem parte do mesmo contexto, mas possuem funções distintas. Eles têm como objetivo o aprendizado do aluno, mas o alcançam de formas diferentes.

Ao serem questionados sobre como acontece o planejamento entre intérprete e docente para realização das aulas, as respostas foram semelhantes no que diz respeito a existência de momentos prévios com os professores, para informar o conteúdo aos intérpretes:

No meu caso não, só tenho contato com aquela matéria direto na turma. (TIL1)

É necessário conhecer previamente, ter esse planejamento. Mas isso quase nunca acontece. A gente busca se preparar pelas áreas, buscando sinais, vendo as melhores formas de passar o conteúdo. (...) É sempre bom buscar esse conhecimento antecipado antes de chegar na sala de aula. Procuramos o professor ou as vezes através dos livros na biblioteca. (...) Vou lá pego o livro, estudo. (TIL 2)

Em algumas disciplinas sim. Passo para o intérprete e ele vai adaptar a ele. Agora em matemática, não tive nenhuma dificuldade até agora, lógico que a gente adapta algumas informações. (P1)

Sim, a gente conversa sim. [...] sempre há uma interação entre aluno, professor e intérprete. (P2)

Nem toda vez, porque as vezes a gente entra na sala de aula muito apressada [...] mas geralmente quando a gente tem oportunidade, a gente já comenta com o professor o que vai ser trabalhado. (P3)

Não aconteceu esse momento ainda não, mas não impede de acontecer. [...] fazer um plano entre professor e intérprete ainda não aconteceu. (P4)

Dessa forma, percebe-se que no contexto pesquisado o intérprete tem buscado adquirir o conhecimento das disciplinas de forma autônoma, o que não é errado, entretanto “no contexto da inclusão escolar faz-se necessário somar: unir conhecimentos em prol do desenvolvimento do aluno, fazer parte do todo escolar

como parceiros profissionais, atuar em consonância de ideias” (SANTOS; LACERDA, 2015).

Durante a entrevista os intérpretes e professores, também foram questionados sobre as dificuldades enfrentadas atualmente durante sua prática no contexto escolar em que estão inseridos. Dessa vez, as respostas de Carlos e Bruna foram diferentes, baseadas na vivência individual de cada um:

A dificuldade básica não é tanto a questão do professor passar o conteúdo, mas a questão da Libras não ser totalmente aplicável ao Português, temos que buscar meios para que o surdo entenda o que está sendo dito pelo professor. (Carlos)

Uma reclamação que tem da categoria e que eu já percebi também, é que muitas vezes o intérprete assume o papel do professor na sala de aula, de realmente ensinar. (Bruna)

É bem complicado explicar cálculos [...] nenhuma dificuldade com intérpretes, todos os intérpretes da escola são bem conceituados e apresentam disponibilidade e vontade de explicar. (José)

A única questão é isso: seria interessante a gente estar dando as aulas e falando por meio de Libras, não ter um intérprete. Mas não tenho essa habilidade ainda. (Patrícia)

Até o momento não. Agora estou tentando aprender a linguagem deles. (Pedro)

O meu grande desafio é esse, porque eu estou ensinando uma outra língua. [...] então são três línguas ao mesmo tempo. (Isabel)

A resposta dada por Bruna, foi analisada nos parágrafos anteriores, mas revela novamente a percepção que deve existir acerca das diferentes funções atribuídas ao professor e ao intérprete no contexto escolar. Nesse contexto, “o professor é responsável pelo ensino, por proporcionar o conhecimento científico ao aluno, e o IE é responsável por transformar a informação de uma para outra língua” (SANTOS; LACERDA, 2015). São funções diferentes e imprescindíveis para que o trabalho seja efetivo.

Apenas um professor (Pedro) relata não ter dificuldades nesse contexto, porém a maioria dos entrevistados demonstrou ter desafios a serem enfrentados, que estão diretamente ligados a área de atuação dos professores e a disciplina ministrada por ele. Dessa forma, faz-se importante ressaltar mais uma vez, a necessidade da

disciplina de Libras no âmbito das licenciaturas, trazendo ao professor um conhecimento que será válido para o exercício da sua profissão.

A pesquisa também buscou entender, se os intérpretes se sentem ou já se sentiram sobrecarregados em relação as demandas do seu trabalho e se isso de alguma forma prejudicou a saúde dos entrevistados. As respostas indicaram que não houve nenhum tipo de sobrecarga no ano letivo atual, devido a alguns fatores como: a quantidade significativa de intérpretes presentes na escola e a divisão do trabalho entre eles, para que não houvesse nenhum desgaste.

Não, a regra é que só podemos interpretar por 20 minutos. Aí vai mudando de 20 em 20, para não sobrecarregar a mente” (...) “Na escola não há esse problema, pois o professor as vezes pede para o aluno copiar, então nesse tempo ficamos parados esperando o aluno copiar. (Carlos)

Não, pois sou bem jovem na área. Mas quando comecei que não éramos quatro, eram só dois intérpretes e um em cada sala, a gente realmente sente esse desgaste muito grande. (Bruna)

Entretanto, ao serem perguntados sobre alguma situação em que exerceram uma função que não era de um intérprete na sala de aula, durante os anos de experiência, as respostas foram positivas e exemplificadas:

Coloca na portaria, ou fazer algo na secretaria, quando o professor falta, substituir o professor (...) quando realmente estamos sem fazer nada não me incomoda não, mas tem intérpretes que se incomodam. (Carlos)

Acontece. Aqui já teve discussão em relação a isso. Mas isso já foi resolvido. Já aconteceu de chamar pra ficar com outros alunos em sala de aula. (...) o professor faltou, coloca o intérprete lá. Teve muita conversa, então hoje essa questão está mais tranquila. (Bruna)

Nesse sentido, as falas acima representam uma situação, por vezes, desconfortável para o intérprete e colocam esse profissional em um contexto sem função definida. Apesar disso, o diálogo entre coordenação e demais profissionais, apareceu como a solução inicial desse problema.

As perguntas seguintes, feitas para os participantes, buscavam conhecer a visão deles sobre o modo como o professor e o intérprete poderiam trabalhar em parceria na sala de aula, a fim de otimizar as aprendizagens de alunos surdos. As respostas mostram ideias práticas que ajudariam no processo de inclusão e serão apresentadas a seguir:

O necessário seria mudar o modo como o professor dá aula, utilizar mais figuras (...) trazer provas com figuras (...) utilizar mais a TV, os próprios recursos da escola. Isso iria beneficiar não só o aluno surdo, mas os ouvintes também. Aqui na escola alguns professores se esforçam em fazer isso. Eles fazem a chamada utilizando o sinal do surdo, o surdo já gosta, tentam passar materiais individualizadas para eles, adaptando. Isso acontece raramente, se fosse com mais frequência seria melhor. (Carlos)

Trazendo recursos pedagógicos, principalmente com imagens, vídeos, exemplificando, trazendo uma encenação daquele conteúdo. (...) trazer algo mais visual. Chama atenção tanto do aluno surdo, quanto dos alunos ouvintes. Se for trazer algum filme, comunicar para o intérprete para que ele possa se preparar. Incluir os alunos surdos também dentro da sala de aula na participação. (Bruna)

Deveríamos ter sala de recurso que nós temos acesso, que nós poderíamos dar uma aula melhor [...] a gente trabalha com o que tem, as vezes traz um material a parte, as vezes conversa com intérprete. [...] mas fora isso é bem complicado essa parte de adaptar o sistema. (José)

Sempre dar oportunidade para os alunos, de estarem sempre envolvidos [...] atividades que possam ser mais chamativas para eles, slides, filmes com legenda [...] eu acho isso importante. (Patrícia)

Falar pausadamente, não acelerar a voz, para que ele (o intérprete) tenha tempo suficiente de absorver e fazer essa interpretação para o aluno [...] lembrar que sua fala está sendo repassada. (Pedro)

Ter uma comunicação, o professor ser conhecedor da realidade (do aluno surdo). (Isabel)

Nesse sentido, Piaget (1984, p.62) afirma que:

A preparação dos professores constitui questão primordial de todas as reformas pedagógicas em perspectiva, pois, enquanto não for a mesma resolvida de forma satisfatória, será totalmente inútil organizar belos programas ou construir belas teorias a respeito do que deveria ser realizado.

Dessa forma, percebe-se que o conceito de inclusão educacional, deve estar presente na formação inicial de professores e demais profissionais inseridos na escola, que possuem um contato direto e diário com os alunos. Uma preparação profissional que deve unir o campo teórico e prático, levando o professor a construir atividades que serão úteis em situações cotidianas do campo escolar.

Durante as entrevistas com os professores, foi observado que eles já possuem um tempo significativo de atuação em sala de aulas que possuem alunos surdos. José e Patrícia possuem três anos, Pedro possui dois anos e Isabel possui uma experiência há mais de três anos, indicando dessa forma que, um caminho para a inclusão já começou a ser traçado.

Ao serem indagados sobre essa experiência, de ministrar aulas, com a presença de alunos surdos, apenas dois participantes (Patrícia e Isabel) tiveram uma primeira experiência positiva. O relato dessas experiências, está apresentado abaixo:

Foi bem difícil, porque no momento a gente não tinha nenhum intérprete, estávamos aguardando chegar. [...] na faculdade nunca tivemos disciplina, nunca fomos preparados para tal situação. (José)

O primeiro momento, fica difícil pra gente se comunicar com o aluno, mas no ano passado já tinha intérprete e neste ano também. (Patrícia)

Me dei bem com os alunos. Sempre foi observada a questão da inclusão deles [...] para eles se sentirem participativos dentro da escola. (Pedro)

[...] não foi tão estranho, pois eu já tinha feito o curso (de Libras), então eu consegui ter aquela comunicação básica, o bom dia, perguntar o nome, qual o sinal [...] não foi tão difícil por eu já ter esse conhecimento do curso". (Isabel)

Ao observar as respostas de José e Isabel, percebe – se que, apesar de relatarem experiências contrárias, ambos ressaltam o contato com a Libras, como um fator que facilitaria/facilita o primeiro contato com o surdo. Com isso, ressalta – se a importância da Língua Brasileira de Sinais no currículo do ensino superior, conforme regulamenta o Decreto nº 5.626, de 2005:

Art. 9º A partir da publicação deste Decreto, as instituições de ensino médio que oferecem cursos de formação para o magistério na modalidade normal e as instituições de educação superior que oferecem cursos de Fonoaudiologia ou de formação de professores devem incluir Libras como disciplina curricular [...] (BRASIL, 2005).

Desse modo, fica evidente a contribuição positiva desse contato com a Libras durante a graduação, afinal são futuros profissionais que atuarão na educação e deverão buscar promover um ambiente de inclusão. O conhecimento da Libras além de facilitar a comunicação com o surdo, leva o professor a compreender o aluno, fazendo - o promover assim uma educação humanizada em sala de aula inclusiva.

A pergunta seguinte, buscava compreender a prática do professor com o aluno surdo em sala de aula. Nesse momento, todos os professores citaram as possíveis tentativas de levar até o aluno surdo o conhecimento necessário:

Eu acredito que tudo é uma adaptação. Embora a gente não saiba libras, a gente gesticula e chega num denominador comum [...] aquilo que eu não consigo eu recorro aos intérpretes. (José)

Não é pra facilitar, eles têm que estudar igual aos outros. Eles estão ali para aprender a mesma coisa, a única coisa que vai mudar é a questão de como ler [...] mas a questão do componente curricular eles tem que saber. (Patrícia)

Eu chego, coloco a página do livro no quadro. Quando eu entro o intérprete já entra junto [...] já passo o assunto pra eles [...] comento o que a gente vai trabalhar. (Pedro)

Se tratando de língua inglês, o meu planejamento é igual, porém quando tem uma prova, atividade que eles precisam fazer uma ordem cronológica das palavras, eu respeito os limites de cada um. (Isabel)

É interessante observar o interesse e dedicação dos professores para inserir esses alunos, apesar de que nem todos possuem o conhecimento necessário sobre atitudes práticas que vão de encontro a inclusão. Diante das respostas recebidas, percebe – se a necessidade de haver uma instrução para os professores, sobre possíveis atividades pedagógicas que melhorariam a transmissão o conteúdo aos alunos surdos. Essa instrução pode ser feita através de formações continuadas ou diálogos com os próprios intérpretes de Libras.

Diante disso, percebemos que a união entre professor e intérprete é fundamental para a construção de um ambiente favorável para a aprendizagem. Nesse sentido, os professores demonstram que estão cientes da necessidade de uma educação que contemple não só os alunos ouvintes, mas todos que fazem parte da turma. Nesse contexto, torna – se fundamental construir uma relação entre professor e intérprete, onde cada um promoverá através de sua função, um ambiente inclusivo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história, a educação especial vivenciou diversos retrocessos e lutou pelos avanços adquiridos. Por essa razão, a presente pesquisa buscou analisar as percepções de professores e intérpretes de Libras acerca de suas funções, dentro do contexto escolar inclusivo. Nesse contexto, esses dois profissionais se destacam quanto às suas funções, para a criação de um ambiente escolar para todos e constituem uma parte fundamental do contexto educacional atual. Através da atuação desses profissionais na sala de aula comum, o ensino pode tornar-se de fato inclusivo, como é previsto nos documentos legais.

Com o objetivo geral de analisar as percepções dos profissionais citados, foi possível estabelecer outros propósitos para a pesquisa. O trabalho apresentado pretendeu discorrer também, sobre os aspectos históricos da educação de surdos no território brasileiro, discorrendo sobre as leis e decretos que perpassam toda a temática da surdez. Também foi possível conhecer os eventos e instituições criadas na busca de melhorias para toda a comunidade surda.

Essas informações trazem uma percepção de que apesar da existência de diversos documentos oficiais, que garantem os direitos das pessoas surdas e respaldam a atuação de profissionais no âmbito da educação inclusiva, ainda não há uma educação como a que está planejada e regulamentada.

Outro objetivo específico proposto foi analisar as funções exercidas pelo Intérprete de Libras e o professor, no âmbito da sala de aula comum. Diante das análises feitas e a partir dos dados coletados, foi possível perceber que as funções atribuídas ao intérprete ainda precisam ser proferidas com maior clareza no cotidiano escolar. É notória a existência de situações em que os intérpretes recebem atribuições de outros cargos, que não estão ligados ao seu papel principal: o de interpretar.

Outro ponto relevante percebido durante a pesquisa, foi a importância de se ter uma quantidade significativa de intérpretes nas escolas que possuem alunos surdos, para que dessa forma, não haja uma sobrecarga de trabalho para o intérprete de Libras. A escola pesquisada possuía uma quantidade ideal de intérpretes para a demanda exigida, o que não causou nenhum dano físico ou emocional neste profissional durante o ano letivo atual.

Diante da análise dos dados obtidos através das entrevistas, também foi possível perceber a importância da Libras como uma disciplina no currículo escolar.

A presença dessa disciplina possibilita ao professor sentir – se familiarizado com o contexto do aluno surdo, comunicar – se e assim criar um ambiente de participação mútua.

Com a pesquisa, também foi possível averiguar as percepções de docentes e intérpretes de Libras acerca suas funções e atuações no contexto da sala de aula comum e quais as necessidades existentes em relação a parceria entre professor e intérprete. Sobre essa parceria, foi possível evidenciar o quanto é fundamental que ela exista e seja um fator presente no ambiente escolar, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do aluno surdo. Logo, a parceria envolve toda a equipe e deve visar a garantia de um ensino inclusivo, que promova educação para todos, conforme propõem os documentos legais citados.

O presente trabalho teve estes resultados, contudo, muitos outros podem ser identificados. As possibilidades para se investigar são muitas, diante da vastidão da temática abordada, Os caminhos para novas abordagens não se esgotam e há outros desdobramentos, que podem contribuir de forma significativa para a aquisição de novos conhecimentos.

REFERÊNCIAS

- BAUER, Martin W., GASKELL GEORGE. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002
- BRASIL. Constituição (1824). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1824.
- BRASIL. Constituição (1996). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1996.
- BRASIL. Constituição (1999). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1999.
- BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em: 20 de julho de 2022.
- BRASIL, Lei 12.319, **Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS**, Diário Oficial da União, Brasília, 01 de setembro de 2010.
- DAMÁZIO, Milene Ferreira Macedo. **Atendimento Educacional Especializado: Pessoa com Surdez**. Brasília: MEC, 2007.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA**: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha.
- _____. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras**, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GIL, A.C. **Como elaborar métodos de pesquisa**. 4ªed. São Paulo: Atlas S/A.
- GONÇALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.
- LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de e BERNARDINO, Bruna Mendes. **O papel do interprete de língua de sinais nas etapas iniciais da escolarização**. In: LODI, Ana Claudia Balieiro e LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Uma escola duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais da escolarização. Porto Alegre: Mediação, 2009.
- LEICHSENDRING, T. L. **Educação de surdos brasileiros: de Dom Pedro II aos desafios atuais. XVIII Encontro Nacional de Ensino de Química (XVIII ENEQ)**. Florianópolis, SC, Brasil, 2016. Disponível em: <http://www.eneq2016.ufsc.br/anais/resumos/R1932-1.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2022.

Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/LEIS/2002/L10436.htm> Acesso em: 27 de julho de 2022.

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.** Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun. 2014b.

Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos.** Diário Oficial da União, Brasília, 04 de agosto de 2021.

Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em 20 de julho de 2022.

LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: MEC, 1996. BRASIL.

MACHADO, Paulo Cesar. **A política educacional de integração/inclusão: um olhar do egresso surdo.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTTA, Marcos J.S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas.** São Paulo: Cortez Editor, 2001.

MELO, Josimeire. **História da Educação no Brasil.** 2. Ed. Fortaleza: Ministério da Educação – MEC, 2012.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. **Introdução à linguística: domínios e fronteiras.** 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011. v. 1.

PEREIRA, M.C.P. **Interpretação interlíngue: As especificidades da interpretação de língua de sinais.** Cadernos de Tradução XXI, Vol. 1, p. 135-156. Florianópolis: UFSC, PGET, 2008a.

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. BRASIL. Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009.

QUADROS, Ronice Muller de. **Libras.** 1. Ed. São Paulo: Parábola, 2019.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e língua portuguesa.** Brasília: MEC/SEESP, 2004.

PIAGET, Jean. **Para Onde Vai a Educação?** Rio de Janeiro: Cortez, 1984.

ROCHA, Maria Aparecida. **A Educação Pública antes da independência.** Pedagogia Cidadã –Cadernos de Formação – História da Educação – 3. ed.. São Paulo: UNESP- Pró-Reitoria de Graduação/ Santa Clara Editora, 2005.

ROSA, Andréa Silva. **Entre a Visibilidade da Tradução da Língua de Sinais e a Invisibilidade da Tarefa do Intérprete.** Petrópolis: Arara Azul, 2008.

SAVIANI, Dermeval et al. ***O legado educacional do século XIX 2.*** ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2006

SOBRAL, A. U. **Dizer o “mesmo” a outros: ensaios sobre tradução.** São Paulo: SBS, 2008.

STAINBACK S.; STAINBACK W. Inclusão: **Um guia para Educadores.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

APÊNDICE A- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, _____, autorizo minha participação na pesquisa de monografia intitulada **O INTÉRPRETE DE LIBRAS E O PROFESSOR DE SALA DE AULA COMUM: ANÁLISE DE SUAS FUNÇÕES E ATUAÇÕES NO CONTEXTO DA INCLUSÃO ESCOLAR NA CIDADE DE IMPERATRIZ/MA** desenvolvida por Lois Gabriele Rodrigues de Souza, discente do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão-CCSST, sob a orientação da Profa. Dra. Francisca Melo Agapito, vinculada a esta instituição.

Estou ciente de que esta pesquisa tem como objetivo central: Analisar percepções de professores do ensino comum e intérprete de Libras acerca de funções e atuações no contexto da inclusão escolar na cidade de Imperatriz/MA.

Minha participação envolve a realização de entrevista semiestruturada, que será gravada por áudio. Este procedimento será agendado previamente e terá uma duração média de 20 a 30 minutos.

Tenho garantia do acesso aos resultados e de esclarecer minhas dúvidas em qualquer tempo. Questionamentos, dúvidas e esclarecimentos poderão ser obtidos junto à pesquisadora **Lois Gabriele Rodrigues de Souza**, telefone (99) 991836004 ou pelo e-mail loisgabrieler@gmail.com.

Tenho o direito de fazer qualquer pergunta sobre os riscos que podem existir durante a participação nesta pesquisa, como desconforto associado à participação, referente às indagações ou ainda sobre compartilhamento de informações, que eventualmente podem trazer algum constrangimento ao participante. Nesse sentido, enfatiza-se que, são resguardados aos participantes o direito de permitir ou não a concessão de suas respostas, ainda que tenha participado da pesquisa. De igual modo, estes terão total liberdade para não responder questionamentos ou mesmo desistir de participar da pesquisa, em qualquer momento.

A minha participação nesta pesquisa é voluntária. Se eu me recusar a responder a uma pergunta não haverá qualquer consequência negativa. Minhas opiniões serão respeitadas.

As informações prestadas serão utilizadas somente para esse estudo e terão a garantia da não identificação pessoal em qualquer modalidade de divulgação dos resultados. Não haverá qualquer tipo de indenização.

Os resultados da pesquisa constituirão subsídios para produções científicas a serem encaminhadas para publicações e apresentadas em eventos da área, sem qualquer identificação de participantes.

Declaro que entendi o objetivo central, os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes e concordo em participar da pesquisa.

Imperatriz-MA, _____ de _____ de 2022.

Assinatura do/a participante

Lois Gabriele Rodrigues de Souza – Pesquisadora

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com intérpretes

1ª) Qual a sua formação inicial? Quais formações continuadas você tem na área da educação de surdos e na área da educação inclusiva?

2ª) Qual seu tempo de atuação com pessoas surdas no campo educacional?

3ª) Como começou seu interesse pela Língua Brasileira de Sinais? Conte um pouco da sua trajetória até chegar aqui.

4ª) Na sua concepção qual a função do profissional intérprete de Libras?

5ª) Como funciona seu trabalho na prática atualmente?

6ª) Antes de realizar uma interpretação em sala de aula, de que forma você se prepara?

7ª) Como ocorre o planejamento entre você e o docente da sala para a realização das aulas?

8ª) Quais as maiores dificuldades que você enfrenta atualmente, na sua atuação como intérprete na sala de aula?

9ª) Você se sente/sentiu sobrecarregado em relação as demandas do seu trabalho como intérprete ou já teve sua saúde prejudicada de alguma forma?

10ª) Na sua visão de que modo o professor e o intérprete de Libras podem trabalhar em parceria em sala de aula para otimizar as aprendizagens de alunos surdos e consequentemente o processo de inclusão?

11ª) Você se recorda de alguma situação em que exerceu uma função que não era de um Intérprete em sala de aula? Exemplifique.

12ª) Para você porque um intérprete é importante para o aluno surdo na sala de aula?

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com professores

- 1ª) Qual a sua formação inicial? Quais formações continuadas você tem na área da educação inclusiva?
- 2ª) Há quanto tempo você trabalha em turmas que possuem alunos surdos?
- 3ª) Como foi sua experiência, na primeira vez que viveu um ano letivo com a presença de um aluno surdo e intérprete em sala de aula?
- 4ª) Você passou por formações docentes sobre a área da educação de surdos no contexto inclusivo? Ofertada pelo município ou realizada de modo autônomo?
- 5ª) Quais as maiores dificuldades que você enfrenta atualmente, na sua atuação como professor da sala de aula comum de uma turma que possui aluno (s) surdo (s)?
- 6ª) Na sua concepção qual a função do intérprete de Libras?
- 7ª) Como funciona seu trabalho com o aluno surdo na prática?
- 8ª) Como ocorre o planejamento entre você e o intérprete da sala para a realização das aulas? E no momento da mediação como esse processo se dá?
- 9ª) Você faz um planejamento adaptado para auxiliar no ensino do aluno surdo?
- 10ª) Na sua visão de que modo o professor e o intérprete de Libras podem trabalhar em parceria em sala de aula, para otimizar as aprendizagens de alunos surdos e conseqüentemente o processo de inclusão?